

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XV Jornada de Extensão

CONTRIBUIÇÕES DO PROJETO DE INTERVENÇÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL NO CENTRO DE ALTA COMPLEXIDADE EM ONCOLOGIA DO HCI DE IJUÍ/ RS¹

Raquel Karlinski Almeida², Ivanir Krombauer Fischer³, Solange Dos Santos Silva⁴.

¹ Relato de experiência de Estágio Supervisionado em Serviço Social.

² Aluna do Curso de Graduação em Serviço Social da UNIJUI. Bolsista PET-SAÚDE. E-mail: raquel_karlinski@yahoo.com.br

³ Assistente social na Associação Hospital de Caridade de Ijuí (HCI)/CACON. E-mail: i.fischer@hci.org.br

⁴ Assistente social. Mestre e Doutoranda em Serviço Social. Professora do Curso de Graduação em Serviço Social. E-mail: solange.silva@unijui.edu.br

Introdução

O Estágio Supervisionado em Serviço Social consiste na “atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio- institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática” (ABEPSS, 2010, p. 16). Desse modo, constitui-se no instrumento da formação profissional, pelo qual o estagiário identifica a realidade do trabalho dos (as) assistentes sociais nos espaços sócio-ocupacionais em que se inserem, garantindo a articulação teórico-prática.

Esse resumo expandido tem como objetivo relatar as contribuições do projeto de Intervenção no período de Março à Junho de 2014, a partir do componente curricular de Estágio Supervisionado em Serviço Social III do curso de Graduação em Serviço Social realizado no espaço institucional do Centro de Alta Complexidade em Oncologia de Ijuí/ RS.

O Centro de Alta complexidade em Oncologia (CACON) de Ijuí/RS é um serviço público, localizado junto à Associação Hospital de Caridade Ijuí (HCI), que se constitui como uma instituição filantrópica. O nível de Alta Complexidade no Sistema Único de Saúde (SUS) visa atender a saúde de alta complexidade que compreende “conjunto de procedimentos que, no contexto do SUS, envolve alta tecnologia e alto custo, objetivando propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde (atenção básica e de média complexidade)” (BRASIL, 2009).

O projeto de intervenção: “Caracterização das necessidades sociais dos usuários em tratamento oncológico no Centro de Alta Complexidade em Oncologia (CACON) de Ijuí/RS” está sendo desenvolvido com o objetivo de identificar as necessidades sociais que influenciam no tratamento oncológico dos usuários, a fim de contribuir na garantia de acesso às condições necessárias para a efetivação do direito à saúde.

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XV Jornada de Extensão

Assim, o projeto de intervenção caracteriza-se pela construção de estratégias coletivas, para garantir a efetivação do direito social à saúde perante as necessidades sociais e o adoecimento, visto que o “câncer é um dos problemas de saúde pública mais complexos que o sistema de saúde brasileiro enfrenta, dada a sua magnitude epidemiológica, social e econômica” (BRASIL, 2012). Sendo assim, o profissional do Serviço Social tem como prioridade a defesa do direito à saúde, entendendo os determinantes e condicionantes sociais que influenciam em seu conceito, a partir do Sistema Único de Saúde (SUS) como produto do movimento de reforma sanitária, articulado com os princípios firmados pelo Código de Ética e Projeto Ético –Político da profissão.

Metodologia

A execução do projeto de intervenção realiza-se no decorrer do componente curricular de Estágio Supervisionado em Serviço Social III. Constitui-se de uma pesquisa documental a partir das avaliações sócio- econômicas dos profissionais do Serviço Social de 2013, dos usuários residentes no município de Ijuí-RS, que realizaram atendimento no Centro de Alta Complexidade em Oncologia, na identificação de indicadores de necessidades sociais, foi aprovada pela Comissão de Avaliação de Trabalhos Acadêmicos do Hospital de Caridade de Ijuí. Também, visa trabalhar com os profissionais da rede de atendimento a pessoa com câncer no município de Ijuí/Rs, buscando consentimento de visita institucional para o recolhimento das demandas atendidas e serviços prestados e posteriormente convite para a participação no projeto. Por fim, consiste na realização de oficinas grupais, a partir de uma “roda de conversa” com os profissionais nas instituições para a socialização das informações referentes aos dados obtidos da pesquisa e disponibilização de folder informativo com direitos sociais da pessoa com câncer. Assim, os resultados encontrados na execução do projeto de intervenção serão registrados no relatório final de Estágio Supervisionado em Serviço Social III, diários de campo e relatório devolutivo para o campo de estágio.

Resultados e discussões

A saúde constitui-se como direito social assegurado pela Constituição Federal, sua materialização abrange os determinantes e condicionantes de saúde, que conforme regulamenta a Lei nº 8080 de 19 de setembro de 1990, em seu art.3 são: “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, dentre outros que expressam a organização social e econômica do Brasil, os quais integram o processo saúde/ doença”(BRASIL,1990).

O serviço social enquanto profissão tem na questão social, base de sua fundamentação enquanto trabalhador especializado, pois “os assistentes sociais são chamados a intervir nas relações sociais cotidianas, visando à ampliação e consolidação da cidadania na garantia dos direitos civis, políticos e sociais aos segmentos menos favorecidos e mais vulnerabilizados socialmente” (FREITAS; MESQUITA, 2010, p.4).

No cotidiano de trabalho dos assistentes sociais as necessidades sociais são apreendidas como expressões da questão social e formas de resistência, quais a população usuária vivencia em seu cotidiano. As necessidades sociais, têm sua raiz na desigualdade social produzida pelo modo

Modalidade do trabalho: Relato de experiência

Evento: XV Jornada de Extensão

capitalista de produção, visto que sua apreensão na política de saúde, não devem ser entendida como “necessidades médicas ou problemas de saúde, mas expressam carências que expressam modos de vida e identidades” (NOGUEIRA, 2011, p. 52), pois elas expressam as condições de vida dos sujeitos, em que a falta de saneamento básico, condições precárias de moradia, ausência de transporte para serviços de saúde, desemprego, fome, pobreza, diferentes tipos de violência, fragilização de vínculos familiares, são predominantes para à efetivação do direito à saúde.

Na pesquisa, foram coletados dados de 140 avaliações sociais realizadas em 2013 de usuários residentes no município de Ijuí/RS que iniciaram tratamento oncológico. Desses, a maioria pertence ao sexo feminino (55%) e outra parcela ao sexo masculino (45%), com faixa etária de 15 à 98 anos, com alta incidência de população idosa. Em relação, a situação habitacional foi possível identificar que a maioria apresentaram casa própria (68%), tendo alguns casos de aluguel (12%) e cedência de moradia (20%). No que diz respeito, as condições socioeconômicas dos usuários, corresponderam à benefícios previdenciários como Aposentadorias, Pensão por Morte e Auxílio-Doença e alguns casos de usuários em situações de trabalho informal, desemprego e programas de transferência de renda como Bolsa Família e BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Nas oficinas do projeto de intervenção desenvolvida com os profissionais da rede de atendimento à pessoa com câncer, observou-se que a socialização das informações e dados de pesquisa, possibilitou discussões, reflexões e troca de experiências profissionais, obtendo-se uma participação qualitativa dos sujeitos. Dessa forma, as oficinas buscaram fortalecer a rede de atendimento à pessoa com câncer no município de Ijuí/RS, em relação às demandas apresentadas visando garantir o acesso de direitos sociais. Além de possibilitar aos profissionais das instituições, compreensão acerca da importância do trabalho intersetorial na política de saúde, empregando-o como instrumento de trabalho. Portanto, as observações realizadas durante as oficinas, evidenciaram a necessidade desses profissionais articularem estratégias coletivas, a fim de reconhecer as necessidades sociais dos usuários em seu cotidiano de trabalho.

Conclusões

A partir do exposto, compreende-se que o Estágio Supervisionado em Serviço Social é uma oportunidade de reconhecimento do espaço institucional e das contradições presentes no cotidiano profissional, na construção de propostas interventivas coerentes com as demandas. Dessa forma, a execução do projeto de intervenção possibilitou entender que as necessidades sociais expressam as condições de vida e realidades sociais em que se inserem os sujeitos, sendo preciso aprendê-las como resultantes do modo capitalista de produção. Assim, a proposta interventiva identificou enquanto necessidades sociais, situações de vulnerabilidade socioeconômica, trabalho informal e desemprego dos usuários em condição de adoecimento (câncer), que surgem como demandas apresentadas aos serviços de saúde. Portanto, a garantia do direito à saúde, corresponde à necessidade de práticas interdisciplinares e intersetoriais que focalizem os sujeitos na sua integralidade, além de contribuir no acesso aos direitos sociais nas condições de vida e saúde da população.

Modalidade do trabalho: Relato de experiência
Evento: XV Jornada de Extensão

Palavras chaves: Estágio Supervisionado em Serviço Social; oncologia; projeto de intervenção; necessidades sociais e direito à saúde.

Agradecimentos

À UNIJUI, pela oportunidade dos Estágios Supervisionados no Curso de Graduação em Serviço Social. Ao Hospital de Caridade de Ijuí e o Centro de Alta Complexidade em Oncologia, pela disponibilidade de execução do projeto de intervenção e a supervisão de campo da assistente social Ivanir Krombauer Fischer.

Referências Bibliográficas

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social– PNE/ABEPSS. Brasília. 2010.

BRASIL, Ministério da Saúde. Dicionário SUS de A a Z. 3.ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2009.480 p.: – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde)

_____. Ministério da Saúde. Instituto Nacional de Câncer José Alencar Gomes da Silva. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Educação. ABC do câncer: abordagens básicas para o controle do câncer 2. ed. rev. e atual.– Rio de Janeiro:, 2012.129 p.

_____.Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes, e dá outras providências. Brasília: 1990.

FREITAS, Rita de Cássia Santos; MESQUITA, Adriana de Andrade.As Novas Expressões Da “Questão Social” E As Famílias Brasileiras: Reflexões Para O Serviço Social. 2010.Disponível em:<http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/1097_enps%20%20fam%EDlias%20e%20quest%E3o%20social.pdf>.Acesso em:3 de Junho de 2014.

NOGUEIRA, Vera Maria Ribeiro. Determinantes Sociais de Saúde e a ação dos assistentes sociais – um debate necessário. In: Revista Serviço Social & Saúde. UNICAMP, Campinas, v. X, n. 12, dez.. 2011.